

INSTITUTO
 Documentação
 SOCIOAMBIENTAL
 Fonte: DESP (geral)
 Data: 7/9/2001 Pg 19
 Class.: 147

AMBIENTE

“Os ruralistas exageraram na dose”

Segundo secretária da Amazônia, estratégia da bancada era passar dívidas para o governo

SANDRA SATO e SÔNIA CRISTINA SILVA

BRASÍLIA – A criação de um bônus de conservação ambiental e a possibilidade de esse título vir a ser usado para abater dívidas previdenciárias e fiscais de proprietários rurais com o governo acabou por fragilizar o projeto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que visa a alterar o Código Florestal. A informação é da secretária da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti.

“Os ruralistas exageraram na dose”, comentou a secretária ontem, um dia após o projeto ter sido aprovado na comissão mista do Congresso, apesar de não contar com o apoio do governo e ser bombardeado por opositores e entidades ambientalistas. Mas o projeto não terá validade jurídica porque não será apreciado no plenário, garantiu o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

Assessores do ministro fizeram simulações sobre o impacto fiscal do bônus. Só em Mato Grosso, os proprietários de terras seriam credores de R\$ 12 bilhões em bônus. Esses títulos seriam emitidos pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura para compensar proprietários por manter áreas de preservação ambiental ou por perdas econômicas em função de aumento da reserva legal determinado pelo estudo sobre vocação da terra, o Zoneamento

PONTOS CRÍTICOS

O Ministério do Meio Ambiente levantou 45 pontos que precisariam ser alterados no projeto do deputado Moacir Micheletto de alteração do Código Florestal de modo que o texto possa ser votado em plenário no Congresso

Alguns dos problemas anotados

<p>✓ O cerrado é tratado como se servisse apenas para a produção agrícola, sem qualquer relevância para a proteção dos mananciais e para a diversidade biológica</p> <p>✓ Cria um gatilho para redução do tamanho da reserva legal para 20% em toda a Amazônia Legal</p> <p>✓ Cria em diversas etapas indenizações transformando obrigações do proprietário em responsabilidades coletivas, possibilitando que aqueles que desmataram ou modificaram áreas nativas de conservação sejam indenizados</p> <p>✓ Mascara o latifúndio improdutivo criando a figura de servidão ambiental (um compromisso do proprietário de preservar uma área além das exigências legais)</p>	<p>✓ Reduz de 100 metros para 30 metros a faixa de proteção ambiental em torno dos reservatórios de água</p> <p>✓ Trata a servidão ambiental como se fosse somente para os proprietários de áreas com florestas e descaracteriza esse instrumento de estímulo à conservação dos remanescentes florestais</p> <p>✓ Permite o uso excepcional de área de preservação permanente para cultivo de camarões sem que o empreendedor tenha o compromisso de compensar a área utilizada</p> <p>✓ Condiciona novos assentamentos à realização prévia do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), o que, na prática, paralisa o programa de reforma agrária</p>
--	--

Ecológico-Econômico (ZEE). Outra projeção mostra o custo fiscal da servidão ambiental (caso em que o proprietário voluntariamente decide conservar uma área maior do que o exigido em lei) na Região Norte. Segundo cálculos dos assessores de Sarney Filho, a indenização neste caso significaria R\$ 1,3 bilhão, o que corresponde a mais de quatro vezes a dotação orçamentária do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, ou

nove vezes o gasto para combater a malária na Amazônia Legal este ano. A secretária Mary diz que os ruralistas queriam mais uma vez repetir a tradição de passar a conta de suas dívidas ao governo. E lembra que para aumentar a produção agrícola não é necessário promover novos desmatamentos e sim investir em produtividade. Tampouco vê necessidade de novas indenizações para os “desbravadores” da Amazônia, conforme queriam os ruralistas, porque o governo já teria dado incentivos financeiros aos que aceitaram mudar para a região.

PROJETO DIFICULTARIA A REFORMA AGRÁRIA

Críticas – O Ministério do Meio Ambiente (MMA) levantou 45 pontos críticos do projeto de Micheletto, que foi aprovado ontem pela comissão mista do Congresso (dominada pelos ruralistas). O projeto, na opinião do ministério, estabelece “um conjunto de incongruências e falhas que refletirão, negativamente, não só nos aspectos ambientais, mas também na economia, nas questões fundiárias, na agricultura, tributação, aspecto fiscal, constitucionalidade e até no planejamento energético nacional”.

Entre os pecados do projeto, na avaliação do ministério, está a criação de um bônus cujo objetivo é premiar quem descumprir o Código Florestal e transferir responsabilidades privadas para o erário público. Outro problema é a possibilidade de se reduzir a reserva legal a um mínimo de 20% da propriedade a partir do ZEE, enquanto a legislação atual exige preservação de 80% na Amazônia Legal.

Sem-terra – O secretário-geral do Fundo Mundial para a Natureza (WWF) no Brasil, Garo Batmanian, ganhou apoio do ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, contra o projeto de Micheletto. Garo reclamou que o texto compromete novos assentamentos nos Estados que não tiverem concluído o ZEE, além de anistiar grileiros e remunerar latifúndios improdutivos.

As entidades ambientalistas que integram a campanha SOS Florestas também enviaram carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso elogiando a decisão de rejeitar publicamente o projeto de Micheletto. “Com o imenso patrimônio natural que abriga, o Brasil merece uma legislação avançada que garanta seu desenvolvimento de forma sustentável e socialmente justa”, diz a carta.

Presidente do Ibama critica discurso ruralista

Hamilton Casara entregou título de reservas particulares, ontem no Rio

FELIPE WERNECK

RIO – Ao receber do Ibama o título de propriedade de Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), o cantor Ney Matogrosso, dono de uma fazenda no litoral do Estado, criticou ontem a pressão de ruralistas por modificações na medida provisória que trata do Código Florestal. “Num País como o nosso, que está seriamente ameaçado, é um absurdo ceder à pressão dessa gente”, afirmou o cantor, ao lado do presidente do Ibama, Hamilton Casara.

“Não adianta mais ficar no velho discurso de que se deve aumentar a área para plantio, quando sabemos que é preciso investir em tecnologia”, afirmou Casara, antes de entregar a Ney Matogrosso o título de RPPN.

As RPPNs são áreas protegidas em propriedades privadas. A fazenda de Ney, em Saquarema, no litoral norte do Estado, tem 26 hectares de mata atlântica. “Estou há dez anos lutando por isso. Vou oferecer a fazenda para pesquisa e para a soltura de animais e aves”, disse. No País, existem hoje cerca de 500 RPPNs, num total de 500 mil hectares protegidos. Para obter o título, o proprietário deve se comprometer com a conservação do ambiente. Em contrapartida, tem direito a isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) referente à área reconhecida pelo Ibama como RPPN.

Ministro minimiza voto na comissão

BRASÍLIA – A aprovação do projeto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) na comissão mista do Congresso, anteontem, serviu apenas para marcar a posição dos ruralistas. “O projeto não tem validade jurídica porque não irá ao plenário do Congresso”, garantiu ontem o ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho.

O governo não tinha como impedir a votação do projeto de Micheletto na comissão, porque 14 dos 16 membros são representantes do setor produtivo. O texto de Micheletto será considerado apenas como sugestão na redis-

cussão do Código Florestal. O ministro explica que a partir de um acordo firmado entre governo e lideranças de partidos no Congresso será formada uma nova comissão para buscar um consenso. Até lá, ficará valendo a medida provisória que atualizou o código.

E Sarney Filho ressaltou ter obtido do presidente da República, a “palavra” de que não reeditará a MP incorporando regras aprovadas na comissão mista. “É importante não deixar o Código Florestal virar Código Agrícola”, disse o ministro. (S.S. e S.C.S)